

## EDITAL E MINUTA DE CONTRATO REF. PREGÃO PRESENCIAL № 0079/2015.

Prefeitura Municipal de Pedro Canário - Estado do Espírito Santo, por determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, por intermédio do seu Pregoeiro, que abaixo subscreve designado pela Portaria nº 007/2015 e no especial interesse da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial do tipo "menor preço por m²", às 10h00min do dia 14/09/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pedro Canário - Estado do Espírito Santo, situada na Rua São Paulo, n.º 220, Bairro Boa Vista, Pedro Canário - Estado do Espírito Santo, cujo objeto é a é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados visando à elaboração e confecção de projeto arquitetônico, estrutural, elétrico e hidráulico da construção do prédio destinado a sede do IPASPEC - Instituto de Previdência e Assistência Social do Município de Pedro Canário - ES, em conformidade com o Anexo I (Termo de Referência/Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Projeto Básico) que faz parte integrante deste Edital de Licitação, sob a supervisão da Secretaria Municipal de Administração, bem como da diretoria do IPASPEC e do concelho de previdência deste município, a qual será julgada e processada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93, e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, arts. 42 a 46, no que se refere aos benefícios aos micros e pequenos empresários, e mediante as seguintes condições:

Esta licitação será na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global do tipo menor preço por m², conforme autorização contida no processo n.º 0034/2015 em conformidade com o disposto no presente Edital e respectivos anexos que dele passam a fazer parte integrante para todos os efeitos e, ajustado ao conceito de "serviço comum" definido no art. 1º, parágrafo único, da Lei 10.520/2002, o que permite a adoção da licitação na modalidade de pregão. Acórdão n.º 2899/2012-Plenário, TC-027.389/2012-0, rel. Min. Raimundo Carreiro, 24/10/2012.

#### 1 - Termo de Referência

1.0 - Origem do pedido: IPASPEC.

1.1 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

1.2 – Processo Administrativo nº.: 0034/2015.

1.3 – Tipo de Licitação: MENOR PREÇO

1.4 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS VISANDO À <u>ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, ESTRUTURAL, ELÉTRICO E HIDRÁULICO</u>.

1.5 - Credenciamento: de 09h00min as 09h40min do dia 14/09/2015.

## 2 - DATA, LOCAL E HORA PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES.

2.1 – **Até o dia 14 de setembro de 2015 às 09h00min** os envelopes (PROPOSTA e HABILITAÇÃO) referentes a este Pregão deverão ser entregues no Setor de Protocolo desta PMPC no endereço acima citado.

Rua São Paulo, n.º 220, Bairro Boa Vista, Pedro Canário – ES CEP 29.970-000 CNPJ n.º 28.539.872/0001-41 - Tel. (027) 3764- 3605 – E-mail: licitacao@pedrocanario.es.gov.br



- 2.1.1 EM NENHUMA HIPÓTESE SERÁ RECEBIDOS QUAISQUER DOCUMENTO PARA CREDENCIAMENTO, ENVELOPES DE PROPOSTAS E HABILITAÇÃO FORA DOS PRAZOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL.
- 2.1.2 Os envelopes (PROPOSTA e HABILITAÇÃO) serão entregues separadamente no setor de protocolo, devendo estar lacrados, rubricados, contendo na parte externa, seguintes dizeres:

#### Envelope nº 001 - PROPOSTA

Prefeitura Municipal de Pedro Canário Rua São Paulo, n.º 220, Bairro Boa Vista. Pedro Canário/ES Razão Social completa da Licitante c/ CNPJ Pregão nº 0079/2015

## Envelope nº 002 - HABILITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Pedro Canário Rua São Paulo, n.º 220, Bairro Boa Vista. Pedro Canário/ES Razão Social completa da Licitante c/ CNPJ Pregão nº 0079/2015

2.1.3 – Caso o licitante não esteja presente deverá enviar <u>DECLARAÇÃO</u> <u>CONJUNTA</u> conforme modelo do <u>(ANEXO III)</u> dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação na forma estipulada pelo item 4.1.1.

#### 3 - CREDENCIAMENTO

- 3.1 Para fins de credenciamento junto ao Pregoeiro, o proponente poderá enviar um representante munido de documento que o credencie à participação (ANEXO II), respondendo o mesmo pela representada.
  - 3.1.1- <u>SÓ SERÁ EFETUADO CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE QUE ESTIVER PRESENTE NA DATA E HORÁRIO INDICADO NO ITEM 1.5 DESTE EDITAL.</u>
- 3.2 O credenciamento ocorrerá na mesma data e local mencionados no item 2.1 a partir das 09h00min limitado até as 09h40min.
  - 3.2.1 O credenciamento é imprescindível para que o interessado possa realizar lances verbais e sucessivos, bem como possa manifestar interesse recursal.
  - 3.2.2 Para a efetivação do credenciamento o representante do proponente exibirá ao Pregoeiro qualquer documento de identidade emitido por órgão público juntamente com um **original** de instrumento procuratório (ANEXO II) que o autorize a participar deste Pregão e a responder pelo proponente, inclusive para a oferta de lances verbais de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar recurso, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame, em nome do proponente.
  - 3.2.3 Deverá ser juntada cópia autenticada de documento (apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos ou consolidação, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso), a fim de comprovar se o outorgante do instrumento procuratório que trata o subitem anterior possui os devidos poderes da outorga supra.
  - 3.2.4 No caso de proprietário, diretor, sócio ou assemelhado da proponente que comparecer ao local, deverá comprovar a representatividade por meio da



apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos ou consolidação, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso.

- 3.2.5 Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de nota ou por membro da CPL, Pregoeiro ou da Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Pedro Canário, hipótese em que a autenticação deverá ocorrer **previamente** ao credenciamento (até 24 horas da abertura), ou por publicação Oficial.
- 3.2.6 Para fazer uso dos benefícios constantes na Lei 123/06 de 14 de Dezembro de 2006, a empresa deverá apresentar o comprovante de opção pelo Simples obtido através do Site da Secretaria da Receita Federal (SIMPLES NACIONAL):<a href="http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/">http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/</a>.
- 3.3 Caso o proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, renunciando a apresentação de novas propostas e a interposição de recurso.

#### 4 - ABERTURA DOS ENVELOPES:

- 4.1 As 10h00min dia 14 de agosto de 2015 será aberta a sessão pelo Pregoeiro na sala de reuniões da CPL localizada no 1º andar do edifício sede desta PMPC, sendo que nessa oportunidade os licitantes deverão apresentar declaração conjunta conforme modelo apresentado (ANEXO III COM FIRMA RECONHECIDA).
  - 4.1.1 Em cumprimento ao disposto no **art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02** a <u>declaração</u> <u>conjunta</u> deverá ser entregue **separadamente** dos envelopes nº 001 PROPOSTA e nº 002 HABILITAÇÃO, no momento do credenciamento.
  - 4.1.2 Caso o licitante não se faça presente deverá remeter a DECLARAÇÃO de que trata o item 4.1 em envelope apartado que deverá trazer os seguintes dizeres "Prefeitura Municipal de Pedro Canário PMPC Pregão nº 0079/2015 Envelope DECLARAÇÃO".
  - 4.1.3 Na hipótese dos licitantes não apresentarem, no momento da entrega dos envelopes, a Declaração de caráter obrigatório prevista no item 4.1, o Pregoeiro disponibilizará a estes um modelo de declaração que poderá ser preenchido e assinado pelo representante credenciado, <u>na falta de representante credenciado a licitante será automaticamente desclassificada</u>.

#### 5 – OBJETO E RECURSOS ORCAMENTÁRIOS

5.1 — O objeto do presente edital é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados visando à elaboração e confecção de projeto arquitetônico, estrutural, elétrico e hidráulico da construção do prédio destinado a sede do IPASPEC — Instituto de Previdência e Assistência Social do Município de Pedro Canário - ES, em conformidade com o Anexo I (Termo de Referência) que faz parte integrante deste Edital de Licitação, sob a supervisão da Secretaria Municipal de Administração, bem como da diretoria do IPASPEC e do concelho de previdência deste município.

#### 5.2 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.2.1 – As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:



\*\* Exploition Country

Orçamento vigente do IPASPEC - Processo nº 0034/2015.

Ficha: 0000001.

Órgão: 30000 – INST. PREV. E ASSIST. DE PEDRO CANÁRIO.

Unidade Orçamentária: 300100 – INST. PREV. E ASSIST. DE PEDRO CANÁRIO.

Função: 09 - PREVIDENCIA SOCIAL.

Sub Função: 122 - ADMINISTRQAÇÃO GERAL.

Programa: 0019 – ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

Projeto/Atividade: 1.010 – CONSTRUÇÃO DE SEDE PRÓPRIA. Elemento de Despesa: 44905100000 – OBRAS E INSTALAÇÕES.

Fonte do recurso: 140100000 - RECURSO DO REGIME PRÓPRIO DE

PREVIDÊNCIA (RPPS).

## 6 – DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Somente poderão participar deste Pregão as empresas que atenderem todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, além das disposições legais, independentemente de transcrição.
- 6.2 Poderão participar deste Pregão somente pessoas jurídicas que desenvolvam as atividades objeto desta licitação e que atendam as exigências deste edital.
- 6.3 Não serão admitidas a participação nesta Licitação de empresas que estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública; que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão público; ou que se subsumem às disposições dos arts. 9º e inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93.

## 7 – DA ENTREGA DOS ENVELOPES PROPOSTA E HABILITAÇÃO

- 7.1 Os licitantes deverão entregar no entre tempo definido neste edital sua proposta e sua documentação necessária para habilitação, em 02 (dois) envelopes distintos, lacrados e rubricados, contendo na parte externa, além da razão social completa da proponente (com CNPJ) os seguintes dizeres: "Prefeitura Municipal de Pedro Canário— Pregão nº 0079/2015 Envelope nº 011 PROPOSTA; Envelope nº 002 HABILITAÇÃO".
- 7.2 O Envelope nº 001 PROPOSTA deverá conter as informações/documentos exigidos no item 8.1 deste Edital, e o Envelope nº 002 HABILITAÇÃO deverá conter os documentos/informações exigidos no item 9.1 deste Edital.
- 7.3 Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de nota ou por membro da CPL, Pregoeiro ou da Equipe de Apoio da PMPC, hipótese em que a autenticação deverá ocorrer **previamente** à entrega dos envelopes lacrados, ou por publicação Oficial.

#### 8 - ENVELOPE Nº 001 - PROPOSTA

- 8.1 A proposta deverá ser formulada em 01 (uma) via, datilografada ou digitada, contendo a identificação da empresa licitante (no mínimo: nome e CNPJ), datada, assinada e carimbada por seu representante legal, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo conter as seguintes informações:
  - a) Discriminação completa do objeto conforme especificações e condições previstas no Anexo I:
  - **b)** Validade da proposta a qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da mesma;
  - c) <u>Os projetos deverão ser iniciados imediatamente ao final do certame e entregue no prazo de até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato.</u>



- **d)** O pagamento será realizado, **em até 10 (dez) dias** após a apresentação da competente nota fiscal correspondente ao grupo que deverá conter obrigatoriamente o atestado da Diretoria do IPASPEC.
- **e)** Quantidade e **preço unitário** ofertado, devendo ser cotado em Real e com até duas casas decimais após a vírgula (R\$ X,XX), incluindo-se todos os custos, dentre eles, os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, transportes, licenças, manutenção, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para a execução dos serviços, objeto deste Edital.
- **f)** O preço unitário deverá ser apresentado em <u>algarismo</u>, e o preço total em algarismo e por extenso.
- **g)** Indicação do prazo para a execução dos serviços, não superior a 30 **(trinta) dias** consecutivos, contados da data da assinatura do contrato.

## 8.2 - SERÃO DESCLASSIFICADAS:

- 8.2.1 As propostas que não atendam às exigências deste Edital de Pregão.
- 8.2.2 As propostas com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.
- 8.2.3 Em caso de divergência entre o preço expresso em algarismo e o por extenso, será levado em consideração o último.
- 8.3 Nos preços propostos já serão considerados incluídos todos os encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, bem como todos os outros custos relacionados aos demais serviços de apoio, os quais não acrescentarão ônus para o IPASPEC.
- 8.4 A simples apresentação da proposta por si só implicará a plena aceitação por parte do licitante de todas as condições deste edital, independentemente de transcrição.
- 8.5 A proposta só será desclassificada se for de encontro, <u>expressamente</u>, as normas e exigências deste edital.
- 8.6 Não será considerada nenhuma oferta ou vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes, ou não prevista neste edital.
- 8.7 <u>As propostas, sempre que possível, deverão trazer as mesmas expressões contidas no Anexo 01, evitando sinônimos técnicos, omissões ou acréscimos referentes à especificação do objeto</u>.
- 8.8 Não serão aceitas propostas parciais (quantidade inferior) com relação a cada item.

## 9 – ENVELOPE № 002 – HABILITAÇÃO

9.1 – Os licitantes deverão apresentar no Envelope nº 002 – HABILITAÇÃO, os documentos abaixo enumerados:

#### 9.1.1 - Habilitação Jurídica:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, seus termos aditivos <u>ou</u> <u>consolidação</u>, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores, ou Registro Comercial no caso de empresa individual.



- b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
  - 9.1.1.1 A Habilitação Jurídica presta-se para observar a atividade da empresa e a composição da sociedade.
  - 9.1.1.2 Caso os documentos referentes à Habilitação Jurídica tenham sido juntados no momento do credenciamento, e uma vez comprovada às informações mencionadas no subitem imediatamente anterior, fica o proponente dispensado de fazer nova apresentação de documentação no Envelope nº 01 HABILITAÇÃO.

## 9.1.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 9.1.2.1 A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso consistirá em: **Alterada pela** <u>LEI Nº 12.440, DE 7 DE JULHO DE</u> <u>2011 DOU DE 08/07/2011</u>
- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa da SRF **e** Certidão Negativa da Dívida Ativa Procuradoria da Fazenda);
- b) Prova de regularidade (certidão) com a Seguridade Social INSS; **(se for o caso).**
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo <u>Decreto-Lei nº .452, de 1º de maio de 1943</u> Alterada pela <u>LEI Nº 12.440, DE 7 DE JULHO DE 2011 DOU DE 08/07/2011.</u>
- d) Prova de regularidade (certidão) com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço);
- e Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal Sede da empresa;
- g) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- h) Alvará de localização de funcionamento municipal.

#### 9.1.3 - QUALIFICAÇÃO FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência ou concordata ou execução patrimonial, expedida há menos de 30 (trinta) dias, pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

## 9.1.4 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) – Certificados de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - (CREA); da empresa e seus responsáveis técnicos, Engenheiro Civil; ou profissional equivalente, com atribuições compatíveis, na forma da legislação em vigor, da sede da empresa e, visto no CREA/ES no caso de empresa e profissional de outros Estados; (Inc. I Art. 30 da Lei 8.666/93) e (Art. 59, 63 e 69 da Lei 5.194/66).



- b) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA: Comprovação de que a licitante executou, sem restrição, serviços iguais ou semelhantes aos indicados no Anexo I do edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado e Certidão de Acervo Técnico (CAT) devidamente registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura), comprovando que os profissionais responsáveis têm executado ou executou obras ou serviços compatíveis de características semelhantes; (Inc. II, § 1º, Art. 30 da Lei 8.666/93), em consonância com a Legislação própria que dispõe sobre o tema (Leis Federais nºs. 5.194/66 e 6.496/77, completada especificamente pela Res. Nº 1.025/09-Confea, Artigos. 2º, 47, 48 e 49).
- 9.2 O CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL CRC emitido pela PMPC em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações substituirá a documentação exigida no item <u>9.1.2, letras "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", e "h"</u>.
  - 9.2.1 Caso algum documento esteja vencido ou tenha sofrido alteração, ou que não tenha sido apresentado para fins de cadastro, deverá ser inserido no Envelope 002 Habilitação, juntamente com o CRC.
  - 9.2.2 O Pregoeiro, durante a análise do envelope de Habilitação, procederá a validação nos sites dos órgãos oficiais (Receita Federal, PGFN, Caixa Econômica Federal, Previdência Social, Secretarias da Fazenda Estadual e Municipal) emissores das certidões negativas apresentadas.

## 9.2.3 – OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER APRESENTADOS NA MESMA ORDEM DISPOSTA PELO EDITAL.

- 9.2.4 Caso os comprovantes de regularidade expedidos pelas Fazendas Públicas Estaduais e Municipais não tragam consignados os respectivos prazos de validade, e estes não sejam do conhecimento da Comissão, considerar-se-ão como máximos, os prazos vigentes no Estado do Espírito Santo e no Município de Pedro Canário.
- 9.2.5 Não serão aceitos quaisquer protocolos em substituição aos documentos e certidões solicitados.
- 9.2.6 Sob pena de inabilitação, os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados no original, cópia autenticada ou cópia não autenticada acompanhada dos respectivos originais, para autenticação pelo Presidente ou Membro da **CPL** da Prefeitura Municipal de Pedro Canário, ou por publicação em órgão da imprensa oficial, não se aceitando documentos em forma de '**FAX**' e nem a apresentação de protocolo em substituição a documento solicitado.
- 9.3 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeitos de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, Art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.
  - 9.3.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **5** (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, **& 1º do Art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela LC nº 147/2014.**
  - 9.3.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração



convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, & 2º do Art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

#### 10 - PROCEDIMENTOS DA SESSÃO E JULGAMENTO

- 10.1 Declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.
- 10.2 Depois de aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, deverão apresentar declaração (ANEXO III) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.
  - 10.2.1 Caso o licitante não esteja presente deverá enviar declaração (ANEXO III) na forma estipulada pelo item 4.1.1.
- 10.3 O Pregoeiro procederá à abertura do Envelope nº 001 PROPOSTA, julgando-as e classificando-as, pelo MENOR PREÇO GLOBAL considerando para tanto as disposições da Lei nº 10.520/02, principalmente as previstas no art. 4º, VIII, IX e X.
- 10.4 Não serão admitidos lances ou propostas fracionados por item.
- 10.5 Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital ou imponham condições, que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, ou que consignarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.
- 10.6 Uma vez classificada as propostas o Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.
- 10.7 Os valores dos lances deverão ser decrescentes e distintos.
- 10.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 10.9 O Pregoeiro durante a sessão poderá estipular normas, procedimentos, prazos e demais condições que julgar necessárias a fim de por ordem ao certame.
- 10.10 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas em lei e neste edital. Dos lances ofertados não caberá retratação.
- 10.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, será considerada melhor classificada a licitante que oferecer o lance de menor preço, assegurados os benefícios da Lei Complementar 123/2006 para as microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive quanto ao critério de desempate.
- 10.12. Considera-se empate aquela situação em que o lance final apresentado pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) ao melhor preço final, sendo assegurado a estas o direito de apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame,
- situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- 10.13. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 10.12, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no citado empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 10.14. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 10.12 (cinco por cento 5%), será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar uma melhor oferta.



- 10.15. Na hipótese de não contratação nos termos disciplinados para o empate, o objeto será adjudicado a favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 10.16 A regra do empate somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 10.17 A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 10.18 Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro assim o declarará, procedendo-se em seguida a abertura do envelope de "HABILITAÇÃO" da licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital.
- 10.19 Serão inabilitadas as licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, salvo as exceções previstas neste Edital.
- 10.20 Verificado o atendimento das exigências do Edital, será declarada vencedora a licitante que oferecer o MENOR PREÇO GLOBAL, na forma acima, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.
- **10.21 –** Ficará o licitante vencedor obrigado a apresentar ao Pregoeiro, **no prazo de 24** (vinte e quatro) horas contadas a partir da assinatura da ata, nova planilha de custos, salvo se mantidos os preços constantes de sua proposta escrita.
- 10.22 O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, contados após a homologação da licitação, devendo as empresas retirálos após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.
- 10.23 Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelo Pregoeiro, e posteriormente publicada no Quadro de Avisos da PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO.
- 10.24 O proponente é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos. A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, se porventura o Pregoeiro vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste edital ou que desabonem a idoneidade do proponente.
- 10.25 O Pregoeiro ou a autoridade superior poderá solicitar esclarecimentos e promover diligências, em qualquer momento e sempre que julgar necessário, fixando prazo para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente em qualquer dos envelopes.

#### 11 – PRAZO

- 11.1 Os projetos deverão ser iniciados imediatamente após a conclusão do certame e entregues em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.
- **11.2 –** Os objetos descritos no Anexo deverão ser executados conforme estipulado na respectiva Ordem de Execução de Serviços.
- **11.3** Os objetos deverão estar estritamente de acordo com as especificações constantes na Folha Adicional em anexo I.
- **11.4 -** A fiscalização da entrega do objeto deste edital será feita pelo CONTRATANTE, no local determinado, através de seu representante legal.
- 11.5 Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos. (artigo 64, § 3º da Lei 8.666/93).



**11.6** - O prazo para a entrega dos serviços será de 30 **(trinta) dias** consecutivos, contados da data de emissão da Ordem de Execução de Serviço.

#### 12- RECURSOS

- 12.1 Dos atos relacionados a este procedimento licitatório cabem os recursos previstos na Lei nº 10.520/02 e na Lei 8.666/93 e suas alterações, sendo a autoridade superior para o recurso o Prefeito Municipal de Pedro Canário.
- 12.2 Os recursos deverão observar os seguintes critérios:
  - a) serem dirigidos ao Pregoeiro, devidamente fundamentados e, se for o caso, acompanhados de documentação pertinente;
  - b) serem assinados por representante legal do licitante ou Procurador com poderes específicos, hipótese em que deverá ser anexado o instrumento procuratório (se ausente nos autos):
  - c) os recursos deverão ser apresentados no Protocolo da PMPC, e fora do prazo legal não serão conhecidos.

## 13 – HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

- 13.1 A classificação das propostas, o julgamento da proposta e da habilitação será submetido à autoridade superior para deliberação quanto à sua homologação e a adjudicação do objeto da licitação caso ocorra recurso.
- 13.2 Caso não haja interesse recursal manifestado na sessão o Pregoeiro é quem adjudicará o objeto, sendo que esta adjudicação não produzirá efeitos até a homologação pela autoridade superior.

## 14 - RETIRADA DA ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS.

- 14.1 A PMPC, por intermédio do Pregoeiro convocará a(s) licitante(s) para retirar (em) a(s) respectiva (s) Ordem (ns) de Execução de Serviços relativa ao presente pregão.
- 14. 2 O prazo para a retirada da Ordem de Execução de Serviços após a convocação é de 3 (três) dias úteis.

## 15 – ACEITAÇÃO E PAGAMENTO

- 15.1 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mediante a apresentação ao IPASPEC de documento(s) fiscal(is) hábil(eis), sem emendas ou rasuras e ter ocorrido o recebimento na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a execução dos objetos.
  - 15.1.1 O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo do objeto, que deverá estar em conformidade com as exigências do ANEXO I.
- 15.2 Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.
- 15.3 O IPASPEC poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.
- 15.4 O pagamento das faturas somente será feito em carteira ou cobrança simples, sendo expressamente vedada à contratada a cobrança ou desconto de duplicatas por meio da rede bancária ou de terceiros.



15.5 – Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

## 16 - PENALIDADES E SANÇÕES

- 16.1 A empresa adjudicatária deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a execução do objeto licitado, sujeitando-se às penalidades constantes no art. 7º da Lei nº 10.520/02 e nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações, a saber:
  - 16.1.1 Impedimento do direito de licitar com a Administração Pública por um período de até 5 (cinco) anos.
  - 16.1.2 Multa pelo atraso no prazo da data para entrega do objeto após a adjudicação ou pela não retirada da ordem de compra, calculada pela fórmula:

 $M = 0,005 \times C \times D$ 

onde:

M = valor da multa

C = valor da obrigação

D = número de dias em atraso

## 17 – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1 Ao apresentar proposta, fica subentendido que o licitante conhece todas as condições estabelecidas no presente edital, e seus anexos.
- 17.2 A PMPC junto ao IPASPEC reserva-se o direito de efetuar diligências com a finalidade de verificação da autenticidade e veracidade dos documentos e das informações apresentadas nas propostas.
- 17.3 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.
- 17.4 O Pregoeiro solicitará, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares, se julgar necessário.
- 17.5 Poderão ser convidados a colaborar com o Pregoeiro, assessorando-o, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculada direta ou indiretamente a qualquer dos licitantes, bem como qualquer outro servidor desta PMPC.
- 17.6 Este Edital será regido pelas regras e princípios publicistas, pela Lei nº 10.520/02 e pela Lei nº 8.666/93 com suas alterações, independente da transcrição das normas vigentes.
- 17.7 O pregoeiro resolverá os casos omissos com base no ordenamento jurídico vigente.
- 17.8 Informações complementares inerentes a este pregão poderão ser obtidas pelos interessados através do tel.: (27) 3764-3605, em dias úteis no horário de 12h00min as 18h00min E-mail licitação @pedrocanario.es.gov.br. (027) 3764-1918 (IPASPEC).
- 17.9 O pregoeiro pode a qualquer tempo negociar o preço com o licitante vencedor a fim de almejar proposta mais vantajosa para a Administração.
- 17.10 Fazem parte do presente Edital integrando-o de forma plena, independentemente de transcrição:
  - 17.10.1 Anexo I Especificação do objeto e demais condições;
  - 17.10.2 Anexo II- Modelo de Credenciamento;
  - 17.10.3 Anexo III Modelo de Declaração Conjunta.
  - 17.10.9 Anexo IV Minuta de Contrato

Pedro Canário/ES, 24 de agvosto de 2015.



Almir Vasconcelos Neves
Pregoeiro Oficial – PMPC.

## PREGAOPRESENCIAL 0079/2015 ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

Em observância ao disposto na Lei Municipal nº 964, de 30/12/2010, elaboramos o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente, seja efetuada a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados visando à elaboração e confecção de projeto arquitetônico, estrutural, elétrico e hidráulico da construção do prédio destinado a sede do IPASPEC — Instituto de Previdência e Assistência Social do Município de Pedro Canário - ES, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

#### **ESCOPO DOS SERVICOS**

- 1. <u>ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, ESTRUTURAL, ELÉTRICO E HIDRÁULICO</u> DA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DESTINADO A SEDE DO IPASPEC INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA É ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PEDRO CANÁRIO ES, QUE COMPREENDEM:
- 1.1 Projeto
- 1.2 Planilhas orcamentárias
- 1.3 Cronogramas físicos financeiros
- 1.4 Memórias do cálculo
- 1.5 Memoriais descritivos
- 1.6 Relações de matérias

#### 2. DESCRICÃO:

- 2.1 Hal de Chegada;
- 2.2 02 (duas) salas com 16 (dezesseis) metros quadrados e com banheiro individual;
- 2.3 01 (uma) sala para reunião com 4 x 7,5;
- 2.4 Auditório para no mínimo 50 (cinquenta) pessoas ou 130 metros quadrados;
- 2.5 Banheiros coletivos masculinos e femininos (acessibilidade);
- 2.6 01 (uma) recepção;
- 2.7 01 (uma) sala para Centro de Processamento de dados;
- 2.8 01 (uma) sala 4 x 4 com uma pia (lavatório) para uso do médico preito;
- 2.9 04 (quatro) salas 4 x 4,00;
- 2.10 01 (uma) cozinha medindo 3,5 x 4,0;
- 2.11 02 (duas) salas medindo 3,5 x 4,00;
- 2.12 Acesso (escada) para futuras instalações no pavimento superior:
- Área total do projeto 427,00 metros quadrados.

## 3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1 - O Contratado deverá vistoriar o local objeto dos serviços e esclarecer as dúvidas de ordem técnica anteriormente à abertura da licitação. A Contratante não admitirá declarações



posteriores de desconhecimento de fatos ou serviços, no todo ou em partes, que dificultem ou impossibilitem a conclusão dos serviços.

- 3.1.1 O projeto deverá ser realizado em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser adequado para melhor uso do espaço físico do terreno, porem as alterações, bem como, o projeto apresentado pela contratada, será analisado e aprovado pelo conselho de previdência e pela diretoria do IPASPEC, podendo ser necessário alterações no projeto sem custos adicionais para o contratante.
- 3.2 A mão de obra a ser utilizada no desenvolvimento dos serviços deverá ser de primeira qualidade, com profissionais habilitados e capacitados nas respectivas especialidades exigidas para as atividades definidas neste termo de referência.
- 3.3 Todos os trabalhos deverão estar sob a responsabilidade técnica de profissionais devidamente habilitados pelo CREA/ES Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia Seção Espírito Santo, e em conformidade com a habilitação profissional definida na Resolução n. 218 do CONFEA.
- 3.4 Os projetos deverão conter todos os elementos necessários para sua correta compreensão e consequente execução. Qualquer projeto elaborado deverá ser submetido à prévia aprovação da CONTRATANTE.
- 3.5 O ajuste será formalizado com base na Lei Federal nº. 8.666/93, alterada pela Lei nº. 8.883/94, e demais legislação aplicável.
- 3.6 A execução dos serviços propostos deverá obedecer, rigorosamente, além das especificações constantes no presente edital, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT e, onde pertinentes, as determinações da fiscalização.

Todos os serviços necessários à perfeita execução do objeto do presente termo de referência deverão ser considerados nos preços unitários e totais da proposta apresentada.

3.7 - Eventuais dúvidas quanto à interpretação do presente termo de referência e demais elementos do edital, deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitação.

#### 4. PRAZOS

4.1 - Os serviços deverão estar concluídos no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato.

#### 5. PAGAMENTO

- 5.1- O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.
- 5.2— A entrega dos projetos de elaboração e confecção de projeto arquitetônico, estrutural, elétrico e hidráulico da construção do prédio destinado a sede do IPASPEC Instituto de Previdência e Assistência Social do Município de Pedro Canário ES, devidamente atestada pelo recebedor dos serviços em até 10 (dez) dias úteis contados da data do recebimento da Nota Fiscal.

## 6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - Os projetos deverão ser apresentados em formato A1 e respectiva versão digital e em 3D.



- 6.2 As planilhas de quantitativos, memoriais descritivos de execução dos serviços deverão ser apresentadas em formato A4 e respectiva versão digital.
- 6.3 O cronograma físico-financeiro deverá ser apresentado em formato A4 e respectiva versão digital.
- 6.4 No final deverá ser entregue, além das vias descritas acima, um jogo completo com todas as vias encadernadas bem como uma via digital contendo todos os arquivos.
- 6.5 Os arquivos digitais de projetos deverão ser elaborados na versão Autocad 2007 e os arquivos de planilhas e texto em versão Pacote Office 2007 ou superior.

OBS.: a planta da área física do terreno encontra-se a disposição dos interessados no setor de administração do IPASPEC. – TEL/FAX. (027) 3764-1918.

#### **TABELA DE CUSTOS DE PROJETO**

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADES	CUSTO UNITÁRIO (R\$/M²)	CUSTO TOTAL (R\$)
Projeto Arquitetônico	m²	20,96	8.949,92
Projeto estrutural, inclusive fundação	m²	12.64	5.397,28
Projeto hidrossanitário	m²	7,89	3.369,03
Projeto redes elétricas	m²	8,54	3.646,58
Projeto telefônico	m²	2,75	1.174,25
Projeto de lógica	m²	2,17	926,59
Planilha orçamentária (planilha de quantitativos, memória de cálculo, Memorial descritivo composição de custos, cronograma físico-financeiro e cotações de preços).	m²	4,33	1.848,91
Total			25.312,56

Área do projeto: 427,00m².

Tabela de referencial de preços do IOPES/2015.

Rua São Paulo, n.º 220, Bairro Boa Vista, Pedro Canário — ES CEP 29.970-000 CNPJ n.º 28.539.872/0001-41 - Tel. (027) 3764- 3605 — E-mail: <u>licitacao@pedrocanario.es.gov.br</u>



## PREGÃO PRESENCIAL 0079/2015 **ANEXO II MODELO DE CREDENCIAMENTO**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	de	de 2015.	
Ao Pregoeiro da Prefeitura Municip	al de Pedro Ca	anário	
Assunto: Credenciamento para	a participação	o no Pregão nº <mark>0079/2015</mark> .	
	·	de responsável(is) legal(is) pela E , inscrita no CNPJ so pela presente, informar a V.Sªs, que o(a	ob o n <sup>o</sup>
		, Carteira(s) de identidad	e nº(s)
(apresent	ar o original) é	é pessoa autorizada a representar, em t	odos os
atos, a pessoa jurídica acima o	itada durante	a realização do Pregão em epígrafe, p	odendo
para tanto, oferecer novos land	es verbais, tra	ansigir, renunciar a recursos, requerer,	assinar
enfim, praticar todos os atos ref	erentes ao cer	rtame.	
Assinatura Identificável (nome do representante da emp	oresa)		
Obs.: <u>Deverá ser apresentado c</u> <u>a outorga (item 3.2.3)</u> .	locumento que	e comprove que o subscritor tem podere	s para



# PREGÃO PRESENCIAL 0079/2015 ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Em cumprimento as determinações da l acima, a empresa	Lei nº 8.666/93, para fins de participação no pregão , inscrita no CNPJ
sob o nº	, estabelecida à
, nº,	, por intermédio de seu
representante legal o (a) Sr(a).	, inscrito(a) no CPF
nº, DECL	ARA que conhece e aceita todos os parâmetros e
elementos para a contratação, e q	ue a proposta apresentada atende integral e
irretratavelmente os requisitos constante	s do ato convocatório e seus anexos, e que:

- a) Declara, para fins de participação no Pregão Presencial nº 0079/2015, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, é beneficiária e está excluído das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. (Somente deixar esta quando se enquadrar nesta condição, em caso negativo favor RETIRAR).
- b) DECLARA, sob as penas da lei, principalmente a disposta no art. 7º da Lei nº 10.520/02, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado, em obediência ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02.
- c) Declara sob as penalidades cabíveis, que não existe superveniência de fato impeditiva à sua habilitação/participação no certame, que comunicará previamente a Prefeitura Municipal de Pedro Canário ES, sobre a superveniência de fatos impeditivos, que porventura ocorram com a empresa, especificamente, as do art. 78, VI, IX, X, XI, da Lei nº 8.666/93.
- d) Declara que não está impedida de contratar com a Administração Pública direta ou indiretamente;
- e) Declara que não foi declarada inidônea pelo Poder Público de nenhuma esfera;
- f) Declara sob as penas da Lei em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. (Lei nº 9.854, de 27/10/99).
- g) Declara que estão inclusos nos preços propostos os custos de fornecimento, dentre eles, os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens,



licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para o fornecimento do respectivo objeto, conforme termo de referência e demais condições previstas no edital e Leis de regência.

- h) Declara que tem conhecimento das exigências do Edital acima descrito e do objeto licitado.
- i) Declara que concorda com os critérios de julgamento e a acatará quaisquer decisões que venham a ser tomadas pela Comissão de Licitação durante o procedimento licitatório, desde que subordinadas às normas legais e regulamentares; e de que os trabalhos, objeto do presente Edital, serão integralmente desenvolvidos em pleno acordo com o edital.

i) Declara sob as penas da lei que dispõe do objeto desta licitação.

1/ =		,	
Por ser verdade, eu empresa, firmam a pre			, representante legal dest
	Cidade XXXX,	de	de 2015.
Nome da empresa Nome:			
Cargo:		CI nº:	CPF nº:

OBS.: Esta declaração deverá estar devidamente assinada e reconhecida firma em cartório.



#### PREGÃO PRESENCIAL 0079/2015 ANEXO IX

Processo nº <mark>0034/2015.</mark> Pregão nº <mark>0079/2015</mark> Contrato nº \_\_\_\_/2015

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:**

1.1- O objeto do presente contrato é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados visando à elaboração e confecção de projeto arquitetônico, estrutural, elétrico e hidráulico da construção do prédio destinado a sede do IPASPEC – Instituto de Previdência e Assistência Social do Município de Pedro Canário - ES, em conformidade com o Anexo I (Termo de Referência) que faz parte integrante deste Contrato, sob a supervisão da Secretaria Municipal de Administração, bem como da diretoria do IPASPEC e do concelho de previdência deste município.

Dura Cão Davido y 0.000 Daimo Don Vieta Dodro Camário - ES CED 00.070.000



#### 1.2 - Dotação Orçamentária:

**1.2.1 -** As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

## Orçamento vigente do IPASPEC - Processo nº 0034/2015.

Ficha: 0000001.

Órgão: 30000 - INST. PREV. E ASSIST. DE PEDRO CANÁRIO.

Unidade Orcamentária: 300100 - INST. PREV. E ASSIST. DE PEDRO CANÁRIO.

Função: 09 - PREVIDENCIA SOCIAL.

Sub Função: 122 - ADMINISTRQAÇÃO GERAL.

Programa: 0019 - ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

Projeto/Atividade: 1.010 – CONSTRUÇÃO DE SEDE PRÓPRIA. Elemento de Despesa: 44905100000 – OBRAS E INSTALAÇÕES.

Fonte do recurso: 140100000 - RECURSO DO REGIME PRÓPRIO DE

PREVIDÊNCIA (RPPS).

## CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

- 2.1 O valor global deste contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme proposta comercial apresentada, sendo que o pagamento dos serviços será efetuado conforme apresentação dos respectivos projetos.
  - 2.1.1- A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64.
- 2.2 Será observado o prazo de até 10 (dez) dias para pagamento, contados a partir da apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente **atestada** pelo setor competente, conforme dispõe o **art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o Art. 73, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93**.
  - 2.2.1 Transcorrido o prazo estabelecido no presente instrumento para o pagamento, o Município fica obrigado a atualizar os valores do débito, tendo por base a data do adimplemento das obrigações até a do efetivo pagamento, aplicando as atualizações com base nos índices estabelecidos pelo Governo Federal à época dos fatos, em conformidade com o disposto no *inciso XIV*, *alíneas "c"* e "d" do Art. 40 da Lei 8.666/93.
- 2.3 Incumbirão à **Contratada** a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada parcela devida, a ser revisto e aprovado pela **Contratante**, juntando-se à respectiva discriminação dos serviços efetuados e o cálculo do valor.
- 2.4 É vedada a antecipação de pagamento sem a contraprestação dos serviços.
- 2.5 Após a liberação da liquidação ou o boletim de medição, pelos representantes da Prefeitura Municipal, a CONTRATADA emitirá os respectivos documentos de cobrança, em conformidade com a legislação vigente e os submeterá a contratante.
- 2.6 O pagamento dos serviços será efetuado em até 10 (dez) dias, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, ou pessoa que por ela for indicada, mediante apresentação dos seguintes documentos a PMPC:

#### 1ª fatura:

- a) Nota Fiscal dos Serviços;
- b) Comprovante de Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA;
- c) Matrícula da obra junto ao INSS;
- d) Certidão de Regularidade com o INSS e FGTS;



e) Certidão de Regularidade com o Município de Pedro Canário

## A partir da 2ª fatura:

- a) Nota Fiscal de Serviços;
- b) Prova de recolhimento das contribuições providenciarias dos empregados ajustados nos serviços objeto do contrato;
- c) Certidão de Regularidade com o INSS e FGTS;
- 2.7. Nas faturas deverão constar obrigatoriamente, além do período a que se referem à prestação do serviço as seguintes informações:
  - a) O número do instrumento contratual;
  - b) O período trabalhado;
  - c) O nome, agência e código do banco (Para pagamento através de banco);
  - d) Número da conta corrente da contratada.
- 2.8 O Comprovante de depósito bancário de que trata o **item 2.6**, valerá como quitação da quantia devida.
- 2.9 Fica assegurado ao município o direito de deduzir do pagamento devido à contratada independente da aplicação de multas, importâncias correspondentes a:
  - a) Débitos a que tiver dado causa.
  - b) Despesas relativas à correção de eventuais falhas.
  - c) Dedução relativa a insumos de sua responsabilidade não fornecidos.
  - d) Débitos com a administração municipal, inclusive os decorrentes de ISS que serão obrigatoriamente recolhidos em favor deste Município.
  - 2.10 Junto com os documentos estipulados no **item 2.6** deste contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ainda:
  - a) Cópia da folha de pagamento dos seus empregados que estiverem envolvidos na prestação dos serviços contratados;
  - b) Cópia da GPS \_ Guia de Previdência Social devidamente quitada e autenticada (com o preenchimento do nome, CNPJ/CEI, número, data e valor da nota fiscal ou fatura) referente a todos os empregados da CONTRATADA em atuação na execução do contrato;
  - c) Cópia da GFIP Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e informações à Previdência Social, nos termos da legislação vigente.
  - 2.11 Obriga-se a Contratada, nos termos do *Art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93*, manter-se durante a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.
  - 2.12 Os pagamentos poderão ser sustados pelo Município nos seguintes casos:
    - 4.12.1 Não cumprimento das obrigações assumidas que possam de qualquer forma prejudicar a contratante.
    - 4.12.2 Inadimplência de obrigações da contratada para com o Município de Pedro Canário/ES, por conta do estabelecido no contrato.
    - 4.12.3 Não execução dos serviços nas condições estabelecidas no contrato.



**(**\_\_\_\_\_\_\_\_

4.12.4 – Erros ou vícios nas Notas Fiscais/Faturas.

2.13 – Nenhum pagamento será efetuado enquanto perdurar qualquer pendência de liquidação, ou obrigação que lhe for imposta, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção.

## CLÁUSULATERCIRA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

3.1 – Os preços poderão se reajustados, mediante comprovação de variação de mercado.

## CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 4.1 O prazo para assinatura do Contrato é de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da convocação para esse fim.
- 4.2 O prazo de vigência do Contrato será de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da assinatura do contrato, obedecidos aos prazos legais para sua publicação, na forma da Lei, podendo, a critério da Municipalidade, ser prorrogado, até o limite previsto no art. 57 da Lei 8.666/93.
- 4.3 A fiscalização fornecerá, junto com a Ordem de Execução de Serviços, todos os elementos indispensáveis ao início dos serviços.
- 4.4 Os serviços deverão ser iniciados imediatamente após a conclusão do certame.
  - 4.4.1 O prazo para a execução dos serviços será de 30 (trinta) dias consecutivos.
- 4.5 Entende-se como prazo de inicio, o tempo em dias corridos, necessário para que os objetos sejam executados nos locais determinados pelo órgão requisitante, aceitos, livres de quaisquer ônus.
- 4.6 O objeto em desacordo com as especificações, de responsabilidade da empresa, deverá ser substituído. Nestes casos o prazo para reposição e/ou substituição será determinado pela Unidade responsável pelo seu recebimento, observado o item 5.3.
- 4.7 A eventual reprovação do objeto, em qualquer fase de sua execução, não implicará em alteração dos demais prazos contratuais, nem eximirá a Contratada da aplicação das multas contratuais a que está sujeita.
- 4.8 Os prazos de execução admitem prorrogação, a critério do setor requisitante, devendo ser justificado por escrito e previamente autorizado pela responsável, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:
  - a) Alteração das especificações pela Administração;
  - Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de cumprimento do Edital e execução do Contrato;
  - c) Interrupção da execução ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
  - d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato;
  - e) Impedimento de cumprimento do Edital execução do Contrato por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documentos contemporâneos a sua ocorrência:
  - f) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
- 4.9 Constatada a interrupção da execução, por motivo de força maior, o prazo estipulado no edital deverá ser prorrogado pelo período razoavelmente necessário à sua retomada.



4.10 - Os materiais deverão ser entregue na Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_\_sede deste Município de Pedro Canário - ES.

#### CLÁUSULA QUINTA - GARANTIAS

- 5.1 A licitante deverá se responsabilizar pela execução dos serviços, por quaisquer defeitos constatados nos objetos executados, sem quaisquer ônus para este Município, sendo responsável pela substituição dos objetos no setor de origem.
- 5.2 A fiscalização e inspeção dos objetos ficarão a cargo de servidores especialmente designados para isto, em conformidade com a cláusula 9ª deste contrato.
- 5.3 A licitante assumirá integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, e todos os demais encargos que porventura venham incidir sobre o objeto deste Edital.

#### CLÁUSULA SEXTA - PENALIDADES

- 6.1 A recusa da contratada em executar o objeto dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se às penalidades legalmente previstas.
- 6.2 O atraso injustificado no cumprimento das cláusulas do contrato sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, fixada neste Contrato. A multa poderá ser descontada dos pagamentos, ou cobrada judicialmente, quando for o caso.
- 6.3 Pela inexecução total ou parcial dos termos do contrato o município poderá aplicar as seguintes sanções, garantida prévia defesa:
  - a) Advertência por escrito;
  - b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia útil de atraso sobre o valor total do contrato, se a execução dos objetos não for na data prevista até o período máximo de 30 (trinta) dias.
  - c) Multa cominatória de até 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, após esgotado o prazo fixado no subitem anterior;
  - d) Suspensão temporária de participação em licitação, ou impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos:
  - e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.
- 6.4 As sanções previstas no subitem 6.3 poderão cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantida a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis nos casos das letras "a", "b", "c" e "d" e 10 (dez) dias corridos para a letra "e", a partir do recebimento das mesmas.
- 6.5 As sanções estabelecidas no subitem 6.3 letra "d" e letra "e" são da competência do Prefeito Municipal.
- 6.6 As sanções previstas no subitem 6.3 letra "d" e letra "e", poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo, ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou de sociedade de economia mista:
  - Tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
  - Tenham demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.
- 6.7 As multas previstas nesta Cláusula deverão ser recolhidas ao Município, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da notificação para esse fim.



6.8 - As multas aqui referidas serão aplicadas após regular processo administrativo e serão exigíveis desde a data do ato, fato ou omissão que lhes tiver dado causa, podendo ser descontadas de créditos relativos aos termos do edital ou cobradas judicialmente.

## CLÁUSULA SETIMA - RESCISÃO

- 7.1 A rescisão do Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos previstos no artigo 78 da Lei 8.666/93, dentre eles:
  - 1 Não cumprimento pela CONTRATADA de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos ou o seu cumprimento irregular;
  - Município a comprovar Descumprimento do Contrato, levando o impossibilidade dos serviços no prazo determinado;
  - Atraso injustificado no início dos servicos:
  - 4 Paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao Município por prazo superior a 3 (três) dias:
  - Subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no Contrato;
  - 6 Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada pelo Município para a fiscalização da execução do Contrato, assim como as de seus superiores;
  - 7 Cometimento reiterado de faltas na sua execução;
  - Decretação de falência da CONTRATADA;
  - Dissolução da sociedade:
  - 10 Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA. que prejudique a execução do Contrato;
  - 11 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pelo Prefeito Municipal;
  - 12 Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.
- 7.2 Declarada a rescisão do Contrato, a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE apenas o pagamento do material entregue, depois de conferidos e aprovados pela fiscalização.

## CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTAMENTO

8.1 - Independentemente do prazo contratual, quando a soma dos pagamentos dos valores básicos efetuados pelo município à contratado, em decorrência do presente contrato, atingir o valor total estimado previsto no item 2.1, tendo em vista ao aumento de servico, o valor do contrato será acrescido através de Aditivo Contratual.

#### CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização da entrega do objeto deste Contrato será feita pelo CONTRATANTE no local determinado, através de seu representante legal que será indicado pelo Secretário da pasta, através de portaria interna, de forma a fazer cumprir, rigorosamente, as entregas, os prazos, as propostas e condições do presente Contrato.

## CLÁUSULA DECIMA - CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO



- 10.1 A execução do objeto deste Contrato dar-se-á junto as Secretarias de administração e o IPASPEC em conjunto com o concelho de previdência.
- 10.2 **A CONTRATADA** obrigar-se-á a fornecer informações, sempre em regime de entendimento com a fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do Contrato.
- 10.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassem o limite de competência da fiscalização deverão ser solicitadas aos seus superiores para a adoção das medidas cabíveis.
- 10.4 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais da execução do Contrato.
- 10.5 Cabe à **CONTRATADA**, permitir e facilitar à fiscalização dos serviços, em qualquer dia e hora devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.
- 10.6 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- 11.1 A CONTRATADA será responsável pela qualidade do objeto, descritos no objeto deste instrumento.
- 11.2 A CONTRATADA compromete-se a executar o objeto conforme descrito no anexo ao Edital, parte integrante deste Contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 - O Contrato poderá ser alterado, de acordo com o disposto no artigo 65 da Lei 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1 Para dirimir questões oriundas deste Edital e do futuro contrato, fica eleito o Foro de Pedro Canário ES, Comarca de Pedro Canário.
- 13.2 Faz parte do presente Contrato integrando-o de forma plena, independentemente de transcrição:
- 13.2.1 Anexo I Termo de Referência Especificação do objeto e demais condições;

Pedro Canário, d	le de 2015.
	XXXXXXXX
	Contratante
	Contratada



## PREGAOPRESENCIAL 0079/2015 ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

Em observância ao disposto na Lei Municipal nº 964, de 30/12/2010, elaboramos o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente, seja efetuada a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados visando à elaboração e confecção de projeto arquitetônico, estrutural, elétrico e hidráulico da construção do prédio destinado a sede do IPASPEC – Instituto de Previdência e Assistência Social do Município de Pedro Canário - ES, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

#### **ESCOPO DOS SERVIÇOS**

- 1. <u>ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, ESTRUTURAL, ELÉTRICO E HIDRÁULICO</u> DA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DESTINADO A SEDE DO IPASPEC INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA É ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PEDRO CANÁRIO ES, QUE COMPREENDEM:
- 1.1 Projeto
- 1.2 Planilhas orçamentárias
- 1.3 Cronogramas físicos financeiros
- 1.4 Memórias do cálculo
- 1.5 Memoriais descritivos
- 1.6 Relações de matérias

## 2. DESCRIÇÃO:

- 2.1 Hal de Chegada;
- 2.2 02 (duas) salas com 16 (dezesseis) metros quadrados e com banheiro individual;
- 2.3 01 (uma) sala para reunião com 4 x 7,5;
- 2.4 Auditório para no mínimo 50 (cinquenta) pessoas ou 130 metros quadrados;
- 2.5 Banheiros coletivos masculinos e femininos (acessibilidade):
- 2.6 01 (uma) recepção;
- 2.7 01 (uma) sala para Centro de Processamento de dados;
- 2.8 01 (uma) sala 4 x 4 com uma pia (lavatório) para uso do médico preito;
- 2.9 04 (quatro) salas 4 x 4,00;
- 2.10 01 (uma) cozinha medindo 3,5 x 4,0;
- 2.11 02 (duas) salas medindo 3.5 x 4.00:
- 2.12 Acesso (escada) para futuras instalações no pavimento superior;
- Área total do projeto 427,00 metros quadrados.

## 3. CONDIÇÕES GERAIS

- 3.1 O Contratado deverá vistoriar o local objeto dos serviços e esclarecer as dúvidas de ordem técnica anteriormente à abertura da licitação. A Contratante não admitirá declarações posteriores de desconhecimento de fatos ou serviços, no todo ou em partes, que dificultem ou impossibilitem a conclusão dos serviços.
- 3.1.1 O projeto deverá ser realizado em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser adequado para melhor uso do espaco físico do terreno, porem as alterações.



bem como, o projeto apresentado pela contratada, será analisado e aprovado pelo conselho de previdência e pela diretoria do IPASPEC, podendo ser necessário alterações no projeto sem custos adicionais para o contratante.

- 3.2 A mão de obra a ser utilizada no desenvolvimento dos serviços deverá ser de primeira qualidade, com profissionais habilitados e capacitados nas respectivas especialidades exigidas para as atividades definidas neste termo de referência.
- 3.3 Todos os trabalhos deverão estar sob a responsabilidade técnica de profissionais devidamente habilitados pelo CREA/ES Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia Seção Espírito Santo, e em conformidade com a habilitação profissional definida na Resolução n. 218 do CONFEA.
- 3.4 Os projetos deverão conter todos os elementos necessários para sua correta compreensão e consequente execução. Qualquer projeto elaborado deverá ser submetido à prévia aprovação da CONTRATANTE.
- 3.5 O ajuste será formalizado com base na Lei Federal nº. 8.666/93, alterada pela Lei nº. 8.883/94, e demais legislação aplicável.
- 3.6 A execução dos serviços propostos deverá obedecer, rigorosamente, além das especificações constantes no presente edital, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT e, onde pertinentes, as determinações da fiscalização.

Todos os serviços necessários à perfeita execução do objeto do presente termo de referência deverão ser considerados nos preços unitários e totais da proposta apresentada.

3.7 - Eventuais dúvidas quanto à interpretação do presente termo de referência e demais elementos do edital, deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitação.

#### 4. PRAZOS

4.1 - Os serviços deverão estar concluídos no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato.

#### 5. PAGAMENTO

- 5.1- O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.
- 5.2— A entrega dos projetos de elaboração e confecção de projeto arquitetônico, estrutural, elétrico e hidráulico da construção do prédio destinado a sede do IPASPEC Instituto de Previdência e Assistência Social do Município de Pedro Canário ES, devidamente atestada pelo recebedor dos serviços em até 10 (dez) dias úteis contados da data do recebimento da Nota Fiscal.

## 6. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 6.1 Os projetos deverão ser apresentados em formato A1 e respectiva versão digital e em 3D.
- 6.2 As planilhas de quantitativos, memoriais descritivos de execução dos serviços deverão ser apresentadas em formato A4 e respectiva versão digital.



- 6.3 O cronograma físico-financeiro deverá ser apresentado em formato A4 e respectiva versão digital.
- 6.4 No final deverá ser entregue, além das vias descritas acima, um jogo completo com todas as vias encadernadas bem como uma via digital contendo todos os arquivos.
- 6.5 Os arquivos digitais de projetos deverão ser elaborados na versão Autocad 2007 e os arquivos de planilhas e texto em versão Pacote Office 2007 ou superior.

OBS.: a planta da área física do terreno encontra-se a disposição dos interessados no setor de administração do IPASPEC. – TEL/FAX. (027) 3764-1918.

#### **TABELA DE CUSTOS DE PROJETO**

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADES	CUSTO UNITÁRIO (R\$/M²)	CUSTO TOTAL (R\$)
Projeto Arquitetônico	m²	20,96	8.949,92
Projeto estrutural, inclusive fundação	m²	12.64	5.397,28
Projeto hidrossanitário	m²	7,89	3.369,03
Projeto redes elétricas	m²	8,54	3.646,58
Projeto telefônico	m²	2,75	1.174,25
Projeto de lógica	m²	2,17	926,59
Planilha orçamentária (planilha de quantitativos, memória de cálculo, Memorial descritivo composição de custos, cronograma físico-financeiro e cotações de preços).	m²	4,33	1.848,91
Total			25.312,56

Área do projeto: 427,00m².

Tabela de referencial de preços do IOPES/2015.